



ATA DA 103ª ASSEMBLEIA PÚBLICA ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL - CBH-RB, de 20/12/2022.

No dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e dois, realizou-se a 103ª Assembleia Ordinária remota do CBH-RB, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Abertura; 2) Informes Gerais da Secretaria Executiva; 3) Informes sobre as atividades das Câmaras Técnicas; 4) Leitura e aprovação da ata da 102ª Assembleia Pública Ordinária, de 09/09/22; 5) Apresentação do projeto “Apoio aos municípios da UGRHI-11 para Planos Municipais de Proteção e Defesa Civil - Fase VII; 6) Apresentação e votação da Deliberação CBH-RB nº 286, que trata da atualização do Plano de Ação e do Programa de Investimento 2022-2023 da UGRHI 11; 7) Eleição do presidente e do secretário executivo do CBH-RB: esclarecimentos sobre o processo eletivo; 8) Informes gerais; e 9) Encerramento. A mesa virtual de trabalho foi composta pelos senhores Geraldino Barbosa de Oliveira Júnior, Rafael França Guimarães de Paula e Ney Akemaru Ikeda, respectivamente presidente, vice-presidente e secretário executivo do CBH-RB, doravante denominados simplesmente presidente, vice-presidente e secretário. No **Item 1 da pauta (Abertura)**, o presidente cumprimentou a todos, e informando que estava se dirigindo para participar da eleição do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira – CONSAÚDE, passou a condução dos trabalhos ao vice-presidente e desejou boa reunião. Assumindo a coordenação, o vice-presidente cumprimentou a todos e, verificando que o quórum estava assegurado para deliberações, leu a pauta e observou que o ano foi atípico, com muitas atividades, a dinâmica dos acontecimentos, a participação no Fórum Paulista, as expectativas com a nova gestão de governos federal e estadual, destacando a importância de todos estarem atentos e unidos nas questões afetas a gestão de recursos hídricos, e concluiu desejando ótima reunião a todos. Em seguida anunciou o **Item 2 da pauta (Informes gerais da secretaria executiva)** e passou para o secretário, que cumprimentou a todos e iniciou comunicando a necessidade de inclusão de item extra na pauta (incluído como item 6), para possibilitar a entrega do “Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil e do Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil”, executados pela empresa LocalSIG Inteligência Geográfica Ltda., contratada pela Associação dos Mineradores de Areia do Vale do Ribeira e Baixada Santista – AMAVALES, que figura como tomadora do financiamento com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Justificou a inclusão por ter sido informado da conclusão dos trabalhos do projeto após a expedição do edital de convocação desta assembleia. Não se verificando óbice quanto à inclusão do item extra na pauta, prosseguiu informando as circulares expedidas pela secretaria executiva, citando os eventos atrelados. Deu informes sobre a participação do “Workshop de Integração do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) – 2022” promovido pela Coordenadoria de Recursos Hídricos – CRHi no período de 28/11 a 02/12/22 em São Pedro/SP, de cujo evento destacou as discussões sobre: a) o PL nº 119/2022, que trata da alteração da Lei Estadual nº 7663/1991 a fim de adequar a composição dos órgãos colegiados que compõem o SIGRH, e o PL nº 146/2022, que dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Hídrica; b) a terceirização dos Agentes Técnicos do FEHIDRO; c) a nova versão do Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO; e d) o Fórum Paulista de Recursos Hídricos. O vice-presidente, destacando que “estamos vivenciando a maior mudança na política pública”, frisou a importância da participação efetiva nas ações, inclusive nos processos de financiamento do FEHIDRO, posicionamento compartilhado pelo secretário. Passando para o **item 3 da pauta (Informes das câmaras técnicas)**, o secretário prosseguiu e deu informes sobre as atividades das câmaras técnicas, quais sejam: a) reuniões das câmaras técnicas realizadas entre os dias 09 a 25/11 e 08/12 para os trabalhos de atualização do Plano de Ação e Programa de Investimento para nortear o processo de financiamento FEHIDRO de 2023; b) reuniões do Grupo Técnico constituído para análise de projetos de aproveitamento hidrelétrico, e esteve na pauta de discussões o projeto da Central Geradora Hidrelétrica no rio Catas Altas no município de Barra do Chapéu, no dia 18/11, e o projeto da Micro usina no rio Verde no município de Tapiraí, na reunião do dia 07/12. Passando para o **item 4 da pauta (Leitura e aprovação da ata da 102ª assembleia ordinária)**, o vice-presidente colocou a ata da última assembleia, realizada em 09/09/2022, em apreciação e, não havendo contestação, foi aprovada por unanimidade, com dispensa de leitura. Anunciando o **item**



5 da pauta (Apresentação do projeto “Apoio aos municípios da UGRHI-11 para Planos Municipais de Proteção e Defesa Civil - Fase VII), o vice-presidente convidou o sr. Pablo de Andrés Fernandes, da AMAVALES, que apresentou os produtos do projeto, compostos pelo “Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil” e pelo “Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil” para cada um dos beneficiários, que são os municípios de Itaoca, Itapirapuã Paulista e Ribeira. Sua apresentação foi ilustrada por informações e dados seguintes: objetivos, documentos (fichas, SIG-Riscos, Ortomosaicos, mapas de defesa civil, propostas de medidas de intervenção e estimativas de custos para as áreas de riscos geológicos e relatórios técnicos elaborados a partir de dados e informações compiladas, obtidas em vistorias de campo e em outras fontes fornecidas pelas prefeituras), mencionou as bases legais, da Lei 12.608/2012 (artigos 5º e 8º), fases dos trabalhos, quadro síntese dos setores de risco, enfim. Explicou com mais detalhes o Plano de Proteção de Defesa Civil e o Plano de Contingência, e informou que as informações estão disponíveis no site do Sistema de Informações Geográficas, SIGRB.com.br. Informou ainda que está em desenvolvimento a Fase VIII do projeto que visa os mesmos propósitos para atendimento dos municípios de Barra do Chapéu, Jujutiba e São Lourenço da Serra, alcançando com estes o atendimento a todos os 23 municípios da UGRHI 11. Na fase perguntas, prestou os seguintes esclarecimentos: a) sobre a estimativa de custos para medidas de intervenção apresentada como novidade, perguntado se foi desenvolvido projeto de engenharia, disse que a estimativa foi realizada com base em tabelas de preços oficiais com o propósito de oferecer subsídios às prefeituras na busca de recursos de investimento para obras ou serviços demandados. Aproveitou para recomendar que as prefeituras adotem meios que garantam a continuidade, mesmo em mudanças administrativas, e destacou a importância da realização de simulações periódicas de emergência como forma de manter a capacidade de ação; b) Sobre a sugestão de manter a disponibilização organizada de dados, informou que estão disponíveis no site do SIGRB, e sobre este mencionou a necessidade de manutenção sistemática e atualização contínua; c) sobre necessidade de lei, esclareceu que os planos são acompanhados de minuta do documento; d) sobre a observância do Plano de Contingência com relação ao Plano Nacional de Segurança de Barragens, citou a importância do plano de comunicação, que compete aos municípios, que devem realizar simulações periódicas. Anunciando o **item 5 da pauta (Apresentação e votação da Deliberação CBH-RB nº 286, que trata da atualização do Plano de Ação e do Programa de Investimento 2022-2023 da UGRHI 11)**, o vice-presidente convidou o sr. Gilson Nashiro, secretário executivo adjunto do CBH-RB, que apresentou a planilha “Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) 2022 e 2023”, lembrando inicialmente que as ações especificadas na planilha decorrem das demandas captadas nas oficinas regionais realizadas em Apiaí, Registro, São Lourenço da Serra e Cananéia em 2015 e 2016, no contexto dos trabalhos do Plano de Bacia com horizonte de planejamento de 12 anos, abrangendo período de 2016-2027, e que fazem parte do Relatório II do Plano de Bacia aprovado pela Deliberação CBH-RB nº 210, de 30/03/2017. Observou que, devido à dinâmica dos acontecimentos e às decorrentes prioridades por novas demandas com o transcorrer do tempo, os membros das câmaras técnicas constataram a necessidade de revisão e atualização das ações e investimentos, lembrando que a última revisão ocorreu em dezembro de 2021, e que os ajustes de agora visam nortear o processo de habilitação ao financiamento FEHIDRO de 2023. Durante a explanação, ocorreram os seguintes comentários e sugestões: a) a necessidade de debater a possibilidade de considerar nos critérios do processo de habilitação ao financiamento mecanismos que permitam a avaliação da capacidade de gestão dos tomadores e dos indicadores de qualidade dos resultados dos empreendimentos financiados; b) considerando os inúmeros projetos que estão sendo inabilitados pelo Departamento de Planejamento e Gestão – DPG, da CRHi, sob a alegação de incompatibilidade de enquadramento em relação às ações previstas no PA/PI, há necessidade de discutir com os atores envolvidos e competentes o entendimento do contexto das propostas dos projetos no tema resíduos sólidos aprovados pelo Comitê; c) a proposta de verificar a possibilidade de adotar nos projetos de drenagem a instalação de rede ou malha em bocas de lobo de forma a reter resíduos, impedindo que adentrem na galeria de águas pluviais; d) na ação que trata de “recuperação de APPs”, embora esteja condicionado que deve seguir o “plano de recuperação de matas ciliares”, que está sendo objeto de atualização/revisão em outro SubPDC, houve sugestão



de se verificar a possibilidade de financiamento de projeto com base no plano vigente; e e) sobre o tema “comunicação”, foi observado que deve ser melhorado imprimindo serviço profissional, a exemplo de outros Comitês que estão em estágio mais evoluídos. Com relação aos comentários e sugestões, seguiram os seguintes esclarecimentos e encaminhamentos: as sugestões dos itens “a” e “b” devem ser objeto de tratativas oportunas com a participação de todas as partes envolvidas; a sugestão do item “c” pode ser viabilizada com adequação do termo de referência do projeto; para a sugestão do item “d”, a secretaria executiva verificará se o plano vigente contempla a ação de recuperação de APPs. Em caso positivo, a ação e os recursos serão mantidos no PA/PI, e em caso contrário serão suprimidos; já com relação à proposta do item “e”, foi consenso a inclusão da ação, com estimativa de R\$ 160.000,00, que serão viabilizados com a transferência de parte da verba prevista para ações de “resíduos sólidos”, que será reduzida de R\$ 1.000.000,00 para R\$ 840.000,00. A explanação foi complementada com a informação de que as ações já se encontram enquadradas nos novos PDCs e SubPDCs aprovados pela Deliberação CRH nº 246/2021, assim como atende à exigência do Artigo 1º da Deliberação CRH nº 254, de 21/07/2021, que estabelece os limites percentuais de aplicação de recursos nos respectivos SubPDC ou grupo de SubPDCs. Submetida à votação, a atualização do PA/PI 2022-2023 foi aprovada por unanimidade nos termos da Deliberação CBH-RB nº 286, com a inclusão dos ajustes especificados. Dando sequência, o vice-presidente anunciou o **item 6 da pauta (Eleição do presidente e do secretário executivo do CBH-RB)** e passou a palavra ao secretário, que explicou que no início de 2023 haverá eleição do presidente e do secretário executivo para o próximo biênio, e que, em função da agenda do processo FEHIDRO, que limita o prazo de aprovação de projetos a 31/05, tenhamos de realizar a assembleia em fevereiro para aprovação dos critérios desse processo. O vice-presidente sugeriu a realização de debate sobre o cargo de presidente, dado o entendimento de que em sendo ocupado por um prefeito não permite a participação com o devido engajamento que o posto exige. O secretário sugeriu gestões junto ao Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira – CODIVAR para essa questão, ponderando que a falta de participação é geral, inclusive nas câmaras técnicas. Em seguida, no **item 7 (Informes gerais)**, o vice-presidente concedeu a palavra à sra. Daniella Cristina Batista, da Prefeitura Municipal de Registro, que deu informes sobre o trabalho da Câmara Técnica de Meio Ambiente do CODIVAR, integrada por técnicos representantes dos municípios consorciados, que se organizou em cinco grupos de trabalho de gestão para atender às seguintes demandas: Grupo 1- Chamamento Público FEP CAIXA, Grupo 2- Convênio FUNASA, Grupo 3- Plano de Trabalho USINA RCC, Grupo 4- APP Urbana e Grupo 5- Seminário Projeto Bambu. Destas frentes, informou que foram finalizados neste ano os projetos dos grupos 1 e 3, o primeiro para atender ao “chamamento público para solução consorciada para resíduos sólidos domiciliares”, viabilizando recursos de quase R\$ 9 milhões que a Caixa Econômica Federal vai investir para o desenvolvimento de estudos para estimativa de resíduos gerados e proposta de solução, e o segundo projeto é de usina de construção civil móvel, de iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, para atender os municípios consorciados, e o desafio do grupo é o de definir forma de gerenciar a operacionalização, sendo que ambas as conquistas foram viabilizadas com intermediação do CONSAÚDE. Já no **item 9 da pauta (encerramento)**, o vice-presidente e o secretário agradeceram a presença e a participação de todos, e não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerrou-se a assembleia, que contou com a presença de 34 membros, sendo 11 representantes do Estado, 10 dos municípios e 13 da sociedade civil, com 30 membros em condições de manifestar o voto, que somados aos 17 convidados, totalizou 51 participantes